

COMUNICADO DE IMPRENSA



Desregulação da Função Docente

ABUSOS CHOCANTES NAS CONTRATAÇÕES

A FENEI/SINDEP escandaliza-se com a desregulação da função docente, consentida pelo Governo, ao nível do Ministério da Educação (ME) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES). É chocante a contratação, para enriquecimento curricular no 1.º ciclo, de professores a recibos verdes, ou a discrepância do pagamento por cada hora de serviço: entre 8 a 16 euros se directamente pelas câmaras municipais e metade destes valores se empresas angariadoras.

O destrato deste governo para com a educação de nível superior e não superior, é vergonhoso. A profissão de professor é encarada como não estratégica, é desvalorizada, o que é próprio de um país terceiro-mundista. Prova deste facto é: a diminuição do número de alunos, o aumento de candidatos ao ensino, a fraca exigência do sistema, o facilitismo das aprendizagens, a ausência de exames, o descrédito governamental dos professores, os principais actores da educação, e o descaramento pelas medidas protectoras dos direitos dos trabalhadores.

No restante sistema, a precarização da função resulta da concentração e agrupamento de escolas, da diminuição de alunos e do subaproveitamento dos restantes. Pois se a escolaridade obrigatória fosse de 12 anos e fosse cumprida (54% dos alunos não completa o ensino secundário), não teríamos desemprego entre professores. O Governo, nitidamente despreocupado com a qualidade educativa, tenciona torná-la mais barata, recrutando a mão-de-obra qualificada disponível ao melhor preço.

A intenção de o Governo inserir a modalidade de contrato individual de trabalho vem acentuar a almejada privatização do ensino, com um total desapareço pela escola pública.

A FENEI/SINDEP denuncia este posicionamento face ao marketing do Governo sobre as virtudes (utópicas) da sua governação, na área educativa. E entende ser preocupante e dificilmente reversível a crescente deterioração da qualidade do sistema educativo.

Por outro lado, a FENEI/SINDEP anota que, no ensino superior, em épocas eleitorais e da parte dos partidos da oposição, há a promessa de resolução do problema da precariedade, sempre sem cumprimento, dos docentes deste sub-sistema, que cessam os seus contratos, deparando-se

no desemprego e sem direito ao respectivo subsídio. Mesmo apesar do reconhecimento da inconstitucionalidade desta posição.

Milhares de professores do ensino superior correm o risco de emigrar e se sujeitar a exercer profissões desqualificadas, até encontrarem acolhimento em instituições, que reconheçam os seus méritos de recursos altamente qualificados. O Governo português continua a ignorar este facto trágico e abusa, remetendo, para as "calendas gregas", a resolução do problema. Até quando esta situação de flagrante injustiça e conivência do Governo na exploração de mão-de-obra qualificada? Se não houver rapidamente uma resolução, a FENEI/SINDEP irá recorrer, às instâncias internacionais, para fazer justiça contra a prepotência e desgoverno dos ministérios responsáveis.

Lisboa, 8 de Fevereiro de 2007

Carlos Chagas

presidente da FENEI e secretário-geral do SINDEP